

| 1068 | DISCURSO E IDEOLOGIA NO PLANEJAMENTO URBANO
ESTRATÉGICO. ZONA LESTE E A COPA DO MUNDO EM ITAQUERA
COMO ESTUDO DE CASO

Carolina Geise

Resumo

A Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 a ser realizada no Brasil não é um mero evento esportivo: hoje megaeventos como a Copa e os Jogos Olímpicos são também uma forma de gestão da cidade, a expressão de ideais contemporâneos e do papel da ideologia e do discurso no planejamento estratégico. Aproveitando-se do imaginário atizado pelo esporte, que remete à superação de limites, à consolidação de identidades nacionais, à busca por emoção controlada, entre outros, direitos e processos democráticos de decisão são atropelados e abusos são cometidos. Esse artigo visa desconstruir alguns dos discursos mais recorrentes sobre o legado da Copa do Mundo e analisar a forma como o Mundial está sendo gerido em Itaquera, através da viabilização econômica da Arena São Paulo, palco da abertura da Mundial da FIFA e empreendimento privado pertencente ao Sport Club Corinthians em parceria com a construtora Odebrecht, que conta com pesado financiamento público e cujo malabarismo financeiro aponta para a confluência de interesses envolvidos em sua construção.

Palavras-chave: ideologia, Copa do Mundo, São Paulo, governança.

Introdução

A Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 a ser realizada no Brasil é tema de intenso debate desde seu anúncio, em 2007. Pois não se trata de mero evento esportivo: hoje a Copa do Mundo é também uma forma de gestão da cidade, a expressão de ideais contemporâneos e do papel da ideologia e do discurso no planejamento estratégico.

Megaeventos tornaram-se uma estratégia das governanças urbanas para atrair investimentos e atenção às cidades onde estes se realizam, apoiados por um novo padrão discursivo, cuja retórica anuncia a convergência de interesses públicos e privados. Em um contexto onde as cidades competem por recursos e reconhecimento de sua posição global, megaeventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos são justificados como alavancas para um novo patamar de destaque e redefinição da sua imagem no cenário mundial, levando ainda à dinamização da economia ao atrair a atenção do capital globalizado. Enquanto os lucros e benefícios são canalizados para o capital privado das grandes empresas vinculadas aos eventos, seu financiamento é quase sempre realizado por instituições públicas. É a máxima neoliberal: gastos compartilhados, lucros concentrados.

O caso da cidade de São Paulo apresenta ainda algumas peculiaridades. Seu estádio, a Arena de Itaquera, localizado no bairro de mesmo nome na zona leste do

município, está sendo construído pelo Sport Club Corinthians, clube paulista cuja segunda maior torcida do país clama a anos por uma 'casa própria', de forma que sua construção alia interesses em diversas escalas, envolvendo os responsáveis pelo Mundial e pela gestão do clube, além de contar com o maciço apoio de sua torcida graças ao apelo popular do time.

Considere-se ainda a condição do próprio bairro, uma região que retrata a periferia autoconstruída e excluída que cresceu nos anos 1950 durante o surto industrial do município e, nas décadas de 1970 e 1980, consolidou as franjas urbanas como bairro dormitório da população de baixa renda, através da promoção de grandes conjuntos habitacionais pelo poder público, formados por milhares de prédios e apartamentos idênticos e carentes de todo tipo de infraestrutura. Esses conjuntos trouxeram um enorme número de pessoas, vindas das mais diversas regiões da cidade e sem qualquer vínculo com suas novas casas. Soma-se a isso a falta de investimentos públicos, escassez de postos de trabalho e altos índices de vulnerabilidade social e o resultado é uma população social, econômico e geograficamente excluída, carente de identidade.

O novo contexto do anúncio da Copa do Mundo no Brasil e da abertura do evento no novo estádio do Corinthians está mudando o cenário desse território antes marginalizado. Os olhos do mercado imobiliário se voltaram para a região e as disputas pelo espaço mudaram de forma e escala, enquanto o prazo e conseqüente senso de urgência exacerbam as transformações. Ao mesmo tempo, a perspectiva de sediar um megaevento e o estádio de um dos maiores times do Brasil resgata a autoestima da população local e torna-se forte elemento de manipulação ideológica.

O discurso do legado justifica a maciça participação pública para a realização de megaeventos, que no caso do Brasil apela ao orgulho nacional do país do futebol, da hospitalidade e da festa, deixando promessas vazias e planos descompromissados que não encaram as questões mais urgentes que assolam o país, que sofre com uma brutal desigualdade social. O presente trabalho visa identificar o que é discurso e de que forma ele se relaciona com a realidade, o que é apenas promessa e o que de fato se desdobrará em benefícios concretos.

Discurso vs. Realidade

O discurso mais recorrente das autoridades brasileiras é de que a Copa do Mundo trará recursos e desenvolvimento para o país numa escala jamais vista. Gerará empregos e riqueza, permitirá às cidades-sede expandir sua infraestrutura e seu reconhecimento internacional, deixando para a população brasileira um legado jamais visto.

E o melhor de tudo, com o mínimo de investimento público, já que a iniciativa privada se encarregaria de grande parte dos gastos. O Brasil adotou, durante a gestão de Lula na presidência, a missão de se projetar internacionalmente através da realização de megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

“O melhor da Copa do Mundo é que é um evento que consome a menor quantidade de dinheiro público do mundo. O papel do governo não é de investir, mas de ser facilitador e indutor”.

Essas foram as palavras do então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, em discurso proferido em 2007 em Brasília, ao lado do então presidente Lula, defendendo que não haveriam motivos para se preocupar com excesso de gastos públicos na organização do Mundial de futebol. Em dezembro do mesmo ano, o então ministro do Esporte, Orlando Silva, em discurso no Rio de Janeiro, reforçou:

“Os estádios para a Copa do Mundo serão construídos com dinheiro privado. Não haverá um centavo de dinheiro público para os estádios.”

Ainda em 2007, a FIFA publicou um relatório onde a entidade justifica a escolha do Brasil para sediar a Copa de 2014, trazendo a seguinte informação:

“O modelo brasileiro para a Copa do Mundo de 2014 dará prioridade ao financiamento privado na construção e reforma dos estádios. O objetivo é erguer arenas modernas que atenderão ao padrão Fifa, enquanto os recursos públicos serão aplicados em obras de infraestrutura, de aeroportos, rodovias e hospitais.” (relatório FIFA sobre a Copa no Brasil).

Em alguns casos, o próprio discurso é incapaz de esconter sua contradição, tornando-se quase desconexo. Foi o caso da declaração de Francisco Müssnich, assessor jurídico da CBF e diretor jurídico do COL, que disse em entrevista publicada em junho de 2011 que

“a Copa é 100% um evento privado. A FIFA é detentora dos direitos da Copa do Mundo. Tudo que estiver relacionado à organização da Copa não tem nada a ver com o Estado. (...) Não existe Copa do Mundo, mesmo sendo ela privada, sem que o governo faça a parte que lhe cabe.”¹

Infelizmente, tais alegações não poderiam ser mais falaciosas. É o que mostra o quadro abaixo (Quadro 1), realizado a partir do relatório de acompanhamento das obras da Copa pelo Tribunal de Contas da União (TCU), divulgado em agosto de 2012. Já está prevista

¹ Cristo, A., Ghirello, M. 2011. O futuro chegou e o Brasil agora é respeitado. [em linha] Disponível em <http://www.conjur.com.br/2011-jun-05/entrevista-francisco-mussnich-advogado-especialista-direito-societario>. Acessado em 12 setembro 2012.

a quantia de mais de R\$ 27 bilhões em recursos públicos (10 vezes o orçamento do Ministério dos Esportes em 2011) nas obras das 12 cidades sede, mais de R\$ 2 bilhões a mais do que o divulgado cinco meses antes, no relatório de março. Só para os estádios, o valor atinge mais de R\$ 6,76 bilhões, o triplo do previsto em 2007 pela CBF, que à época informou à FIFA sobre a quantia de cerca de R\$ 2,12 bilhões.

Quadro 1. Gastos em obras da Copa, por fonte de investimento.

Área de investimento	março de 2012									agosto de 2012
	Governo Federal		Estados		Municípios		Setor Privado		TOTAL	TOTAL
	em R\$ milhões	%	em R\$ milhões	%	em R\$ milhões	%	em R\$ milhões	%	em R\$ milhões	em R\$ milhões
Estádios	3.356,63	50,14	1.537,90	22,97	0,00	0,00	1.800,21	26,89	6.694,74	6.761,00
Mobilidade urbana	6.576,30	60,15	2.923,20	26,74	1.433,50	13,11	0,00	0,00	10.933,00	12.050,00
Portos	877,10	97,57	21,80	2,43	0,00	0,00	0,00	0,00	898,90	899,00
Aeroportos	6.134,78	93,76	0,00	0,00	0,00	0,00	480,00	7,34	6.542,78	7.335,00
Telecomunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	371,00
TOTAL	16.944,81	67,59	4.482,90	17,88	1.433,50	5,72	2.280,21	9,10	25.069,42	27.416,00

Fonte: Relatórios TCU, março 2012; agosto 2012

*Foram usados os dados de março/2012 para comparar a origem dos gastos pois tais dados relativos ao mês de agosto não foram encontrados.

O Quadro 1 mostra que quase três quartos dos gastos em estádios para o Mundial são de origem pública – e esse valor segue galopante a cada novo relatório de contas, como pode ser verificado no caso dos estádios, apresentado no Quadro 2: seus valores apresentaram até agora um aumento médio de mais de 200%. Mais de 90% do montante investido na Copa vem dos cofres federais (67,59%), estaduais (17,88%) e municipais (5,72%), enquanto o investimento privado se restringe a meros 9,1%. O abismo existente entre discurso e realidade aparece de forma tão gritante no caso das contas que coloca em cheque as intenções e a seriedade dos envolvidos com o evento. Essa é uma contradição mensurável, mas e quanto aos discursos de legado, de que forma será possível quantificá-los?

Quadro 2. Previsão de custo dos estádios da Copa (em R\$ milhões).

Estádio	outubro 2007	maio 2009	janeiro 2010	abril 2012		
Arena Amazônia (AM)			535	533		
Arena Baixada (PR)			151	234		
Arena Fonte Nova (BA)			592	592		
Arena Pantanal (MT)			454	519		
Arena Pernambuco (PE)			491	530		
Beira-Rios (RS)	média de R\$ 185,5 por estádio ¹	média de R\$ 309 por estádio ²	143	330		
Castelão (CE)			452	623		
Arena das Dunas (RN)			413	350		
Estadio Nacional (DF)			702	800 ³		
Itaquerão (SP)			820	890 ⁴		
Maracanã (RJ)			705	808		
Mineirão (MG)			456	695		
VALOR MÉDIO					492,8	547,8
TOTAL			2.200	3.708	5.912	6.904

Fonte: elaboração do autor a partir de dados do Ministério dos Esportes

¹ Segundo estimativas da CBF em relatório enviado à Fifa após anúncio da Copa no Brasil

² Valor foi obtido através da média do custo de 15 dos 17 estádios candidatos a sediar jogos da Copa - Curitiba e Belo Horizonte não informaram os valores. Cálculo realizado pela Folha, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2705200922.htm>, acessado em 30.08.2012.

³ Previsão do Governo de DF

⁴ Segundo dados da Odebrecht, construtora do estádio

Além das quantias apresentadas pelo TCU, foi aprovada isenção de impostos para as construtoras dos estádios e dos campos de treinamento nas cidades que atuarão como apoio à Copa, recebendo as delegações. Se forem contabilizados os recursos totais investidos na construção de equipamentos para Copa e Olimpíadas, o país poderia diminuir o déficit habitacional, ampliar o acesso aos serviços urbanos básicos, promover melhorias socioambientais, criar programas de trabalho e renda, investir na saúde pública e na educação.

Para tornar a equação entre discurso e realidade ainda mais complexa, soma-se o fato de que, depois da competição, os nove estádios públicos (pois três dos estádios do Mundial já são privados - São Paulo, Porto Alegre e Curitiba) devem ser entregues a empresas para administração. Uma vez que os custos de manutenção são demasiado altos para que o poder público possa arcá-los, após realizar os enormes gastos em construção e readequação de estádios eles serão entregues à iniciativa privada. Não deixa de ser contraditório: investimentos públicos sendo entregues para desfrute privado, sob a justificativa de falta de verbas.

Quadro 3. Cidades candidatas a sedes da Copa, seus estádios e situação.

Cidade	Estado	Estádio	situação	proposta 2007	situação atual
Belo Horizonte	Minas Gerais	Estádio Mineirão	estádios selecionados para sediar a Copa do Mundo	reforma completa	reforma
Brasília	Distrito Federal	Estádio Mané Garrincha		reforma completa	reconstruído
Cuiabá	Mato Grosso	Estádio Verdão		reforma completa	reconstruído
Curitiba	Paraná	Arena da Baixada		reforma	reforma
Fortaleza	Ceará	Estádio Castelão		reforma	reforma
Manaus	Amazonas	Estádio Vivaldão		reforma completa	reconstruído
Natal	Rio Grande do Norte	Estádio Estrela dos Reis Magos		estádio novo	estádio novo
Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Estádio Beira-Rio		reforma completa	reforma
Recife-Olinda *	Pernambuco	Arena Recife-Olinda		estádio novo	estádio novo
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Estádio do Maracanã		reforma	reforma
Salvador	Bahia	Arena da Bahia		estádio novo	estádio novo
São Paulo	São Paulo	Estádio do Morumbi/Arena Itaquera**		reforma completa	estádio novo
Belém	Pará	Estádio Mangueirão	estádios não selecionados	reforma	-
Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Estádio Morenão		reforma completa	-
Florianópolis	Santa Catarina	Estádio Orlando Scapelli		reforma completa	-
Goiania	Goiás	Estádio Serra Dourada		reforma	-
Maceió	Alagoas	Arena Zagallo **		estádio novo	-
Rio Branco	Acre	Arena da Floresta		reforma	-

* Candidatura única

** Na proposta de 2007 constava o Estádio do Morumbi. Por fim, será erguido o novo estádio Arena Itaquera

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Relatório de Inspeção FIFA, 2007.

Do projeto inicial da Copa, enviado à FIFA como proposta em 2007, apenas quatro estádios precisariam ser construídos do zero, enquanto os demais seriam equipamentos já existentes adequados às exigências da Fifa através de reformas. 18 cidades brasileiras se candidataram para sediar jogos do mundial, das quais um máximo de 10 seriam escolhidas após inspeção da Fifa. Hoje temos 12 cidades selecionadas e 7 novos estádios sendo construídos (Quadro 3), sendo que, das reformas realizadas, dificilmente se poderia identificar algum resquício do estádio anterior, como no caso do Maracanã, posto praticamente inteiro abaixo e agora reerguido a um custo previsto de quase R\$ 1 bilhão, sendo, por enquanto, a obra mais cara dentre as 12 arenas. Vale destacar que ele já sofreu uma reforma para os Jogos Panamericanos de 2007, há apenas 5 anos, que consumiu mais de R\$ 200 milhões à época.

Posta rapidamente a real situação dos gastos públicos e para onde fluem, resta confrontar o discurso de que o retorno financeiro e social prometido compensaria largamente tamanho investimento. A palavra mais repetida em qualquer fala oficial é “legado”. Mas afinal, o que isso significa? Dificilmente se pode dizer que a população gozará de melhores condições de vida graças à Copa. É certo que as obras vêm gerando grande número de

empregos, mas até quando? O termo ‘custo e oportunidade’ trata da comparação do custo benefício de um certo investimento com o de um outro investimento que poderia ser feito utilizando o mesmo montante de recursos do primeiro. Por exemplo, a Arena São Paulo consumirá cerca de R\$ 1 bilhão, segundo projeções, e está gerando 2 mil empregos diretos em 3 anos. Mas esses mesmos R\$ 1 bilhão, se convertidos em postos de saúde, centros de educação, habitação popular, saneamento e outras necessidades sociais gerariam os mesmos 2 mil empregos, além de trazer com o produto desse investimento um ganho social em si. As prefeituras das cidades-sede vêm concedendo uma série de incentivos para a construção das arenas de futebol e demais equipamentos exigidos para a Copa. De que outras formas as cidades poderiam utilizar o mesmo fluxo de investimentos? Também, a capacidade de endividamento das prefeituras, limitada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é aumentada para obras associadas aos megaeventos através do Regime Diferenciado de Contratação. Novamente, o custo e oportunidade social não é levado em conta. Pois se um município tem permissão para se endividar a fim de construir um estádio de futebol e não para aumentar e melhorar, por exemplo, sua rede de saneamento e provisão de moradia e saúde, pode-se concluir que as prioridades do poder público estão defasadas quanto às reais necessidades da população.

Uma série de intervenções estão sendo realizadas no entorno do estádio, grande parte de caráter rodoviário. Mas afinal, quantas pessoas da região possuem automóveis e dependem desse tipo de transporte? Segundo a Pesquisa Origem e Destino de 2007, realizada pelo Metrô, das 900 mil viagens produzidas diariamente na subprefeitura de Itaquera, apenas 196 mil são feitas de carro².

Curiosa também a declaração do secretário de Desenvolvimento Econômico, José Alexandre Sanches, ao alegar que a obra do estádio em Itaquera “antecipou uma série de melhorias no entorno, que vão impactar a vida da Zona Leste como um todo”³. Ao que foi observado até agora, nenhuma melhoria pode ser vista. Pelo contrário, a paisagem no entorno imediato da nova arena, se não permanece igual, está pior: é o caso da favela Vila Progresso, cujos moradores tiveram suas casas demolidas e, para aqueles que permaneceram no lugar, sofrem de problemas estruturais além do convívio com infiltrações, escombros e o medo de serem os próximos a perderem suas casas. As obras do Parque Linear Rio Verde se encontram adiantadas, mas ao invés de trazer tranquilidade aos moradores do entorno, que

² Pesquisa Origem e Destino (POD) 2007, Metrô.

³ Declaração feita durante reunião do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de São Paulo, em 10 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.seesp.org.br/site/imprensa/noticias/item/2303-desenvolvimento-econ%C3%B4mico-da-zona-leste-em-pauta.html>. Acessado em 06 junho 2012.

poderão finalmente contar com equipamento público de lazer, traz insegurança, pois sua construção não abarca uma política habitacional compensatória para a população que será desapropriada das favelas que se encontram no perímetro previsto para o parque, de forma que as incertezas superam qualquer possível retorno aos moradores que conseguirem lá permanecer.

O discurso de que o evento trará riquezas para o país é bastante questionável. Em nenhum momento definiu-se quem é, afinal, o “país”. São todos os cidadãos? Ou são empresas nacionais? Ou os cofres públicos? Vejamos: os cofres públicos poderiam ser enormemente beneficiados, de fato. Afinal, são centenas de milhares de pessoas adentrando o país, requerendo a concessão de milhares de vistos de entrada e permissões de trabalho. Os impostos cobrados durante a construção da infraestrutura necessária para a realização do evento seriam enormes, permitindo que os benefícios gerados pela Copa pudessem ser redistribuídos para outras regiões das cidades e do país, beneficiando distintas áreas em um prazo de tempo mais longo. Também produtores locais teriam chance de se beneficiar, pois o fluxo de pessoas poderia permitir maior contato do mundo com a realidade local e sua produção. Artigos típicos e pequenas empresas teriam uma oportunidade única de propagandear e comercializar sua produção e seus serviços, promovendo uma troca real de cultura, conhecimento e oportunidades.

Infelizmente, não é o que se vê. Em primeiro lugar, as arrecadações tributárias relacionadas à Copa não ocorrerão normalmente, pois foram aprovadas diversas leis de isenção fiscal das mais diversas formas: seja isenção fiscal na construção de estádios e infraestrutura, aeroportos, hotéis (Lei nº 12.350/10, Regime Especial de Tributação para para Construção, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol – RECOPA e Lei nº 15.413/11, Concessão de incentivos fiscais para construção de estádio na Zona Leste de São Paulo), seja com relação a direitos alfandegários e concessão de vistos com dispensa de pagamentos de eventuais retribuições, da mesma forma que ocorrerá nos procedimentos de registro de marcas, realizados junto ao Inpi sem qualquer ônus para a FIFA (Lei nº 12.663/12, Lei Geral da Copa). A isenção descriteriosa de impostos por parte do governo fecha os cofres públicos para importantes arrecadações, que no contexto da Copa representam quantias consideráveis que seriam capazes de beneficiar o investimento do país em crescimento interno. Outra questão está relacionada aos parceiros credenciados da FIFA, que em um raio de dois quilômetros dos locais oficiais do evento – estádios, centros de imprensa, alojamentos e centros de treinamento das delegações – serão os únicos com permissão para comercializar seus produtos (Lei nº 12.663/12, Lei Geral da Copa). A FIFA trabalhará apenas com seus

parceiros multinacionais, tirando dos comerciantes e produtores locais uma grande oportunidade e transferindo os recursos diretamente para as mãos dessas poucas grandes empresas, ao invés de distribuí-los. Nesse mesmo raio de intervenção da FIFA, fica proibido realizar qualquer tipo de propaganda, sob pena de um tribunal especialmente criado para tal tipo de julgamento, no período da Copa.

Ou seja, a festejada geração de recursos e injeção de investimentos para dentro do país é, na verdade, apenas um discurso, pois as condições exigidas pela FIFA impedem que o país como todo desfrute das benesses geradas pelo evento de forma plena. De fato, muitos recursos são gerados e a economia aquecida, porém não para o país sede e sua população, mas para grupos externos, agudizando a concentração.

Nesse contexto de falas vazias e gastos descontrolados, o caso da Arena de Itaquera é emblemático. Os discursos e a ideologia utilizados para justificar as ações para sua viabilização ganham força extra por envolver a construção do estádio do Corinthians, clube com a segunda maior torcida do país e de forte apelo popular, em uma região carente de identidade e de símbolos que a identifiquem como parte da cidade.

Viabilização econômica da Arena de Itaquera

O estádio sede do Mundial na cidade de São Paulo passou por diversas polêmicas envolvendo governo federal, estadual, prefeitura, clubes de futebol, CBF e FIFA (sem citar os investidores privados também comprometidos com a definição da arena), que chegaram a apontar quatro diferentes estádios⁴ antes de oficializar o empreendimento em Itaquera.

Dois meses após a exclusão definitiva do estádio do Morumbi do Mundial, o Sport Club Corinthians anunciou a construção de sua arena na região de Itaquera (31 de agosto de 2010), no terreno cedido em 1988 pela prefeitura para construção de estádio. Um projeto com custo previsto de R\$ 350 milhões e capacidade para 48 mil torcedores que, segundo representantes do clube, estava “à disposição da Copa do Mundo”. Mas para o jogo de abertura que o município e Governo do Estado de São Paulo ambicionavam, o estádio apresentado não seria suficiente. Os requisitos da FIFA exigem capacidade para pelo menos 65 mil torcedores e complexa estrutura de salas VIP e VVIP⁵, salas de imprensa, área para

⁴ Os estádios cogitados para sediar o Mundial de futebol em São Paulo foram, em ordem cronológica, o Estádio Cícero Pompeu de Toledo (Morumbi), Estádio Palestra Itália, Estádio Municipal do Pacaembu e Arena de Pirituba (Piritubão).

⁵ VVIP: Políticos e autoridades.

geração e captação de imagens e mais, que encareceriam consideravelmente a proposta inicial, chegando a R\$ 600 milhões⁶. Os dirigentes do clube lavaram as mãos quanto às exigências extras e alegaram diversas vezes que, caso o Estado quisesse um estádio para a abertura da Copa, deveria assumir os custos adicionais de adequação. O estádio que interessava ao Corinthians se restringia à primeira proposta apresentada e qualquer adição estava fora de seu escopo. Tem início um jogo político de empurra-empurra, com o então presidente corinthiano Andres Sanchez⁷ declarando em maio de 2011⁸ que a cidade de São Paulo corria o risco de não sediar a abertura da competição, alegando que as adaptações exigidas para atender aos requisitos da abertura ultrapassavam muito a capacidade do clube, que não estava interessado em bancar tamanha monumentalidade. O discurso da urgência dos prazos, da ‘vocação’ de São Paulo como sede de grandes eventos – e portanto detentora do ‘direito’ de sediar a abertura da Copa - abriu caminho para que o Governo do Estado assumisse tal responsabilidade sem qualquer debate público sobre o assunto. Uma eficiente estratégia para atropelar processos decisórios democráticos.

O estádio do Corinthians conta com complexa engenharia financeira para viabilizar economicamente sua construção, envolvendo diversos atores. Seus principais financiadores são o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) e o Governo do Estado.

O BNDES oferece com o Programa PróCopa Arenas uma linha de crédito aos estádios participantes da Copa do Mundo, através de um empréstimo de R\$ 400 milhões a juros de cerca de 10% a.a. a serem pagos no prazo de 15 anos. Condições como essas não podem ser encontradas com outros bancos, cujas taxas de juros anuais para financiamentos dessa magnitude giram em torno de 20% a.a.⁹, número proibitivo para grandes empréstimos a longo prazo, tal qual está sendo realizado com quase todos os estádios da Copa (todos, menos o de Brasília, que não solicitou financiamento junto ao BNDES).

A Prefeitura, por sua vez, publicou a Lei nº 15.413/11, referente à concessão de incentivos fiscais para construção de estádio na Zona Leste de São Paulo através de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CID), equivalentes a R\$ 420 milhões. O referido benefício teve origem na Lei nº 13.833/04, Lei de Incentivos Seletivos para a Região

⁶ Segundo o diretor de marketing do Corinthians, Luis Paulo Rosenberg, em declaração de 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/copa-de-2014-obras-engatinham-e-ninguem-sabe-quanto-o-mundial-vai-custar/>. Acessado em 17 setembro 2012.

⁷ Presidente do Corinthians de 2007 até dezembro de 2011, sendo então substituído por Mário Gobbi Filho.

⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/915908-por-exigencias-da-fifa-andres-admite-perder-abertura-da-copa.shtml>. Acessado em 17 setembro 2012.

⁹ Segundo a Taxa de Juros média de Mercado publicada pelo Bando Central para agosto de 2012.

Leste, que concedia isenção fiscal de tributos municipais como IPTU¹⁰, ITBI-IV¹¹ e ISS¹² ou emitia CIDs ao beneficiário, que poderia utilizá-los no pagamento posterior de impostos ou negociá-los com pessoas jurídicas localizadas na região de abrangência do Programa. Seu objetivo era promover e fomentar o desenvolvimento da região ao atrair empresas geradoras de emprego e renda para uma área carente desses recursos. Essa lei foi revista em 2007 pela Lei nº 14.654 e complementada em 2009 pela Lei nº 14.888.

Todas as três versões da Lei de Incentivos Seletivos para a Zona Leste, desde 2004, nunca foram utilizadas. Mesmo assim, foi aprovada a nova Lei de Incentivos Seletivos *para estádio* na Zona Leste, com funcionamento independente das demais e objetivo abertamente direcionado a um empreendimento específico e privado.

“Apesar do diploma legal referir-se a um programa novo, trata-se de simples adaptação de outro já existente e nunca utilizado.

(...)

Importante salientar, desde logo, que a Lei Municipal 15.413 de 20 de julho de 2011 que institui programa de incentivos, nada mais é que renúncia fiscal estando inserida no contexto das normas já existentes, ou seja, as leis de fomento ao desenvolvimento para o setor leste da capital, mas totalmente desvirtuadas com uma solução perversa encontrada pelo poder público municipal em manifesto prejuízo ao erário.” (promotor Marcelo Milani, 2012)¹³

Não houve qualquer tipo de licitação para concessão dos benefícios, apenas uma *risível simulação*, segundo palavras do promotor Marcelo Milani¹⁴, responsável por uma ação civil pública aberta contra os envolvidos na construção do estádio e na aprovação da lei em questão. Ele se referiu à convocação de projetos anunciada no Diário Oficial do Município de São Paulo do dia 03 de março de 2012, página 3. Nela, os “concorrentes” são convocados a apresentar proposta para avaliação do Comitê de Construção do Estádio da Copa.

A redação da Lei não deixa margem para que outro equipamento que não o estádio do Corinthians receba incentivos. Ela canaliza o destino do investimento público, sem

¹⁰ Imposto Predial e Territorial Urbano. Incide sobre a propriedade urbana imóvel.

¹¹ Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis. Incide sobre transações (transmissão/cessão) que envolvam imóveis.

¹² Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza. Incide sobre serviços gerados por empresas ou profissionais autônomos. É recolhido pelo município onde o serviço foi prestado.

¹³ Ação Civil Pública pela prática de improbidade administrativa contra Gilberto Kassa, Sport Club Corinthians Paulista, Construtora Norberto Odebrecht S.A., Arena Fundo de Investimento Imobiliário, Administradora BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo por meio de Marcelo Camargo Milani, 8º promotor de justiça do patrimônio público e social da capital, em 25 de maio de 2012.

¹⁴ Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/03/06/mp-chama-simulacao-de-concorrenca-a-incentivo-do-itaquero-de-risivel-e-anuncia-investigacao.htm>. Acessado em 30 maio 2012.

brechas para disputa pelo benefício. Dois meses depois de sua publicação (julho de 2011), em setembro de 2011 é assinado o contrato entre Corinthians e Odebrecht para construção da arena, no qual já constava em seu item *financiamento* suas duas principais fontes de recursos: a linha de créditos PróCopa Arenas, do BNDES, e a concessão de CIDs oferecidos pela Prefeitura, completando os R\$ 820 milhões previstos em contrato.

Ou seja, seis meses depois de as obras do estádio terem sido iniciadas (maio de 2011), cinco meses depois de a Arena Corinthians ter sido oficialmente anunciada como sede da abertura (junho de 2011) – do qual dependia a concessão dos incentivos, pois mesmo que sediá-la não fosse, segundo a redação final da lei, um requisito, a Fifa deveria declará-la *apta* a recebê-la – e antes mesmo de submeter o projeto ao crivo do Comitê de Construção do Estádio da Copa, responsável por deliberar se o projeto que concorre é apto ou não a receber os benefícios, Corinthians e Odebrecht já contavam e, inclusive, dependiam dos R\$ 420 milhões oferecidos pela Prefeitura. Contradição agravada pelas sucessivas declarações, ao longo de 2010, de que o Governo do Estado e a Prefeitura de São Paulo não aplicariam recursos públicos para construção de estádio.

Finalmente, o Governo do Estado se comprometeu a bancar todos os custos referentes à arquibancada móvel que deverá ser utilizada durante os jogos do Mundial, a fim de alcançar os 65 mil assentos para o jogo de abertura, além dos demais requisitos da Fifa que não são abarcados pelo contrato firmado entre Corinthians e Odebrecht. Sedar a abertura foi uma decisão tomada pelo próprio Estado que, portanto, se comprometeu a disponibilizar o investimento que a garantiria. Os gastos estimados em R\$ 70 milhões abarcam a arquibancada móvel com capacidade para 20 mil pessoas e outras estruturas necessárias somente para a abertura, como bancadas extras para jornalistas e outros itens. Caso não sejam encontrados investidores, o dinheiro virá diretamente do Estado. “A nação corinthiana queria, a opinião pública queria abrir a Copa, o governo se sentiu na obrigação de ajudar”, disse um representante¹⁵. Os discursos fazem parecer que R\$ 70 milhões se materializam facilmente nas contas do poder público, através de uma promessa. Trata-se de uma contradição com relação às declarações anteriores de que não seria empregado investimento público nos estádios e completo descaso com o dinheiro estatal, sem contar a escandalosa falta de prioridades na aplicação de verbas.

O valor da obra que consta no contrato assinado entre Corinthians e Odebrecht, de R\$ 820 milhões, não leva em consideração as exigências da FIFA especificamente para o

¹⁵ Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/futebol/copa-2014/ultimas-noticias/2011/07/21/promessa-de-r-70-mi-no-itaquerao-foi-feita-as-presas-e-sem-consulta-a-aclkmmin.htm>. Acessado em 22 julho 2012.

estádio de abertura do evento. Trata-se, porém, de considerável acréscimo, como mostra o Quadro 4, podendo o custo final passar de R\$ 1 bilhão.

Quadro 4. Relação de gastos não considerados no contrato entre Sport Club Corinthians e Odebrecht para construção da Arena de São Paulo.

Itens a considerar para cálculo do custo final	Custo
Valor do estádio previsto em contrato	R\$ 820 milhões
Itens adicionais	
20 mil arquibancadas móveis	R\$ 46,6 milhões*
Tranposição dos dutos da Transpetro	R\$ 9,8 milhões
Atendimento das exigências para obtenção de selo de excelência ambiental Leadership in Energy and Environmental Design – LEED, do Green Building Council Brasil (GBC), exigido para pleitear o empréstimo do BNDES	Até 7% do valor da obra (R\$ 54,7 milhões)
Equipamentos de telecomunicações, instalações provisórias exigidas pela Fifa e mobiliário	R\$ 50 milhões **
TOTAL	R\$ 981,1 milhões
Juros do empréstimo ***	R\$ 340 milhões
TOTAL + juros	R\$ 1,32 bilhões

*<http://esporte.ig.com.br/futebol/archibancada+do+fieizao+que+governo+pagara+custa+33+menos+que+o+anunciado/n1597131996438.html>, acessado em 25,09,2012

** Segundo estimativa divulgada em <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/11/1583-custo-para-levantar-e-operar-o-itaquerao-vai-superar-r-1-bilhao.shtml>, acessado em 19,10,2012.

*** Segundo previsão de 10% de taxas e juros a.a. Sobre o empréstimo de R\$ 400 milhões, ao longo de 12 anos

Fonte: UOL Notícias. <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/05/18/licenca-ambiental-e-areas-voip-do-itaquerao-serao-pagas-pelo-corinthians-revela-contrato.htm>, acessado em 15.04.2012. a partir do contrato para construção do estádio

Considerações finais

Em uma realidade onde se declara constante estado de alerta devido às mais diversas “urgências” - como ocorre no contexto de preparação para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos - as fronteiras institucionais entre o legal e o ilegal são um campo ardiloso, retrabalhado conforme a situação.

A maleabilidade que o campo do direito adquiriu toma forma institucionalizada com as leis e exceções legais criadas especificamente para os megaeventos. A pressão de órgãos externos como a FIFA e o COI se sobrepõe à soberania nacional ao exigir condições especiais independentes da regulamentação vigente.

Para legitimar essas ações apela-se ao ideário atizado pelo esporte, uma das manifestações que mais mobilizam paixões em qualquer parte do mundo. Aflora sentimentos alinhados com conceitos muito em voga nos dias atuais: a superação de limites, o orgulho nacional, a disciplina, a soberania sobre os demais Estados. Sentimentos são manipulados e a perspectiva de sediar eventos tão grandiosos como Copa do Mundo e Jogos Olímpicos ‘justificam’ os abusos cometidos.

Ao discorrer sobre as oportunidades geradas pela Copa, os discursos oficiais falam sobre o enorme investimento em infraestrutura que é realizado para recebê-la e como isso funcionará como alavanca para o desenvolvimento. Mas parecem esquecer que é obrigação do Estado promover as melhorias urbanas que a sociedade demanda e não um privilégio concedido graças a um evento. O planejamento urbano está sendo dirigido pelos grandes eventos e não usando os grandes eventos para melhorar as cidades. Todos têm o direito irrenunciável de, com ou sem megaevento, ter acesso a transporte coletivo de qualidade, moradias dignas, educação e lazer. A vinculação de políticas públicas urgentes e necessárias à realização de megaeventos, com duração de um mês, é um discurso irresponsável e descompromissado com a sociedade brasileira.

Os falsos discursos, porém, fazem com que frequentemente a própria população reproduza as falas e passe a acreditar que o estádio tratá, de fato, uma nova dinâmica que transformará a cara do bairro e mudará a vida de seus moradores para melhor. A força simbólica que uma arena de futebol carrega, principalmente no contexto da Copa, como sede de sua abertura e pertencendo ao clube que tem a segunda maior torcida do Brasil, situado em uma região carente de infraestrutura e de identidade, é de uma grandeza imensurável.

O Itaquerão resgata a autoestima da população de uma região historicamente marginalizada, que finalmente se vê contemplada com ações que a tornam parte da cidade. Nesse sentido, a Arena Corinthians torna-se mais do que um estádio, mas um monumento.

Esse sentimento é legítimo, mas muito perigoso, já que é aproveitado por outros agentes para manipular a população e mascarar ações arbitrárias daqueles que detém o poder político e econômico. Os discursos oficiais são proferidos de forma a se aproveitar do imaginário despertado pelo esporte – principalmente o futebol – e passam a impor seus interesses como interesses comuns a toda a sociedade (Harvey, 2005).

Também não podemos menosprezar a importância da retomada da autoestima que um evento como a Copa do Mundo consegue provocar nas pessoas, com especial importância para os moradores da região leste de São Paulo. Esse mérito da construção do Itaquerão é inegável: finalmente a atenção de toda a cidade está voltada para uma área que era vista apenas como “periferia”, longe e pobre demais para ser lembrada por outros aspectos. Por bem ou por mal, é um elemento que vai inverter o fluxo de pessoas na cidade em dias excepcionais. A torcida do Corinthians em São Paulo corresponde a mais de um terço da população¹⁶, com sua maioria morando nas periferias da cidade, chegando a 40% na

¹⁶ 37% da população, segundo Datafolha. Pesquisa realizada em 25 e 26.06.2012, registrada no TRE com o número SP-00087/2012.

subprefeitura de Itaquera¹⁷. O futebol é um esporte que mexe com o imaginário dos brasileiros e a longa espera pelo tão aguardado estádio do segundo time mais popular do país faz com que sua construção tome ares de conquista, um direito alcançado e uma “honra” para os moradores de seu entorno. Um benefício que traz riscos.

Bibliografia

ANDRADE, André Gil Ribeiro de. **FIFA-Brasil-CBF/COL: Um Olhar Sobre o Processo de Formação do evento Copa 2014**. Rio de Janeiro: Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade, 2010.

CRESTANI, William Roberto; LARA, Henrique Amaral. **Os benefícios fiscais criados para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016**. São Paulo: Pinheiro Neto Advogados, 2011.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FIFA. **Inspection Report for the 2014 FIFA World Cup** . Brazil BID, 2007.

FRÚGOLI JR., Heitor; ROLNIK, Raquel. **Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências**. São Paulo: Cadernos Metrópole, n. 6, 2001.

GT de Comunicadores do Comitê Popular da Copa 2014 - Porto, ONG Cidade. **Megaeventos: Quem vai pagar a conta? Entrevista com Gilmar Mascarenhas**. São Paulo: Jornal Brasil de Fato, Edição 437, 2011.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

LOPES, Rodrigo Herrero. **Face Leste: revisitando a cidade**. São Paulo: Mitra Diocesana São Miguel Paulista, 2011.

MARICATO, Ermínia. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos (org.). **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira**, São Paulo: Editora Revan, 2007.

MEYER, Regina Maria Prosperi; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. **São Paulo Metrópole**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2005.

NEGRELOS, Eulália Portela. **Técnicas e Estratégia Política. Grandes Projetos Urbanos na Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU USP, 2005.

¹⁷ Como base de comparação basta analisar a região Oeste, onde a torcida corinthiana representa pouco mais de 25% de seus moradores. <http://globoesporte.globo.com/platb/files/1112/2012/07/fig-01.jpg>, acessado em 26.09.2012.

_____. **Avaliação de novos projetos urbanos metropolitanos. Limites do ente federativo municipal.** São Paulo: Cadernos MetrÓpole, v. 11, n. 22, 2009.

ROLNIK, Raquel. Reestruturação urbana da MetrÓpole Paulistana: análise de territÓrios em transiçÓo. **Campinas: Relatório final de pesquisa, PUC Campinas, 2000.**

VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. in: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

VAINER, Carlos. **Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2010.

Leis

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado.

BRASIL. Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010 e Decreto nº 7.319, de setembro de 2010 – **Regime Especial de Tributação para Construção, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol – RECOFA.**

BRASIL. Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011 - **Regime Diferenciado de Contratação.**

BRASIL. Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 - **Lei Geral da Copa.**

SÃO PAULO. Leis nº 13.833, de 27 de maio de 2004 - **Leis de Incentivos Seletivos para a Zona Leste do Município de São Paulo.**

SÃO PAULO. Lei nº 14.654, de 13 de dezembro de 2007 - **Dispõe sobre o Programa de Incentivos Seletivos para regiões da Zona Leste do Município de São Paulo.**

SÃO PAULO. Lei nº 14.888, de 19 de janeiro de 2009 - **Altera dispositivos da Lei nº 14.654, de 20 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivos Seletivos para regiões da Zona Leste do Município de São Paulo.**

SÃO PAULO. Lei nº 15.413, 20 de julho de 2011 - **Concessão de incentivos fiscais para construção de estádio na Zona Leste do Município.**